

# O FIM DA INTERNALIZAÇÃO: PSICOLOGIA SOCIAL DE ADORNO

Jessica **BENJAMIN**

## I

A psicologia analítica contém a compreensão de que seres humanos afetam uns aos outros, particularmente no processo de criação das crianças, e, portanto, o que aparece como sendo propriedades inatas ou naturais de uma pessoa é na verdade o resultado da interação social e da ação humana. Nesse sentido, a perspectiva psicanalítica representou uma profunda desmistificação comparável às análises de Marx, que revelaram a origem do valor de mercadoria no trabalho humano realizado na produção social. Apesar desse paralelo, a tarefa de sintetizar a obra de Marx e Freud é, à primeira vista, mais difícil do que parece. Quando Adorno e Horkheimer começaram a sintetizar sistematicamente a teoria da sociedade de Freud, eles já estavam insatisfeitos com os esforços de Fromm e Reich para alcançar essa integração<sup>1</sup> Na tentativa da Teoria Crítica de

<sup>1</sup> Para uma descrição das diferenças entre os teóricos de Frankfurt e Erich Fromm em particular, ver Martin Jay, *The Dialectical Imagination*

entender como as pessoas se tornam cúmplices de sua própria subjugação – “como a dominação é ancorada no coração do dominado” – ela teve de focar na ideia de internalização. Seguindo Freud, a Teoria Crítica usou esta ideia para mostrar como a tensão entre a conformidade e resistência ocorre internamente à relação individual com a autoridade.

No entanto, no centro das análises da Teoria Crítica do capitalismo moderno há um paradoxo sobre a natureza da resistência à dominação. Esses aspectos da consciência nos quais a resistência deve ser localizada – razão crítica, individuação, integridade e, finalmente, na própria resistência – estão ligados ao processo de internalização da autoridade. Como resultado, a rejeição da autoridade só pode acontecer através da sua aceitação prévia. Apesar da dimensão subjetiva da dominação ser encontrada na forma que a autoridade é internalizada, a única resistência possível à autoridade está localizada no mesmo processo de internalização. Se razão, reflexão e individuação são historicamente ligadas ao processo

---

(Boston, 1973) [JAY, Martin. *A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008], Reich, *Mass Psychology of Fascism*, published in 1933[REICH, Wilhelm. *A Psicologia de Massa do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2001], e a porção sociopsicológica de Fromm do *Studien über Autorität und Familie* (Paris, 1936) apresentaram hipóteses semelhantes sobre as origens do autoritarismo na relação com o pai. Embora a análise de Fromm do “caráter sadomasoquista” fosse aceita por Horkheimer, sua posterior rejeição da teoria patricêntrica de Freud não era. A própria parte de Horkheimer dos Estudos contém apenas uma referência direta à “psicologia da profundidade”. Embora mostre alguma influência pela ideia do complexo de Édipo. Eu dato a integração real de Freud na teoria crítica como ocorrendo na década de 1940, e mais definitivamente em *Dialética do Esclarecimento* (1944). Embora grande parte do estudo psicanalítico tenha entrado na *Personalidade Autoritária* (Nova York, 1969), suas análises frequentemente contradizem as afirmações gerais sobre o desenvolvimento psicológico contemporâneo na obra de Horkheimer e Adorno.

de internalização da autoridade, o resultado disso não seria o de que a autoridade seja vista em algum sentido como necessária ou mesmo justificada? Ou esse paradoxo seria apenas superável através de uma alternativa não considerada pela Teoria Crítica: que a possibilidade de resistir à autoridade não precisaria ser fundamentada naquele aspecto do sujeito que uma vez aceitou a autoridade, mas, em vez disso, naquele aspecto que busca mutualidade. O potencial para emancipação não poderia ser fundamentado numa teoria intersubjetiva da personalidade, em vez de em uma psicologia individual da internalização?

Essa possibilidade colocaria em questão um dos maiores motivos para a aceitação da teoria freudiana pela Teoria Crítica: que, fundamentalmente, o que nos trai são nossos impulsos naturais, nossa “natureza humana”, incluindo amor e desejo. O núcleo maleável, insociável e regressivo da natureza humana – que Freud denominou Isso – faz-se necessário ao controle da natureza interna através da civilização e da razão. A razão é, então, constituída como controle e se torna uma força repressiva e destrutiva, uma segunda natureza que nenhum outro poder é capaz de manter sob controle. Dessa maneira, a razão, a própria possibilidade de resistência, está implicada na dominação. Considerando que Freud extraiu a consequência desse potencial destrutivo das pulsões justificadas pela civilização, Adorno aceita a ideia de que “uma parte indomável da natureza”<sup>2</sup> subjaz

---

<sup>2</sup> Ver Sigmund Freud, *Civilization and Its Discontents* (Nova York, 1962), pp.33 [Sigmund Freud, *O Mal-Estar na Civilização*. Companhia das Letras, vol.18, p. 43]: “Temos outra atitude para com a terceira fonte de sofrimento [...]. Contudo, se lembrarmos como fracassamos justamente nessa parte da prevenção do sofrimento, nasce a suspeita de que aí se esconderia um quê da natureza indomável, desta vez da nossa própria constituição psíquica.”

à civilização, ao mesmo tempo em que resiste à consequência de que autoridade e civilização são, dessa forma, legitimadas. Já que Adorno não encontrou possibilidade de reconciliação entre razão e natureza, a luta entre elas resulta num impasse do qual a autoridade emerge triunfante.

O impasse da autoridade fundamentado na antinomia entre razão e natureza é central para a análise da Teoria Crítica sobre a cultura moderna. A internalização, mesmo quando perpetua a autoridade, é necessária para a construção da razão, que sozinha pode se opor à autoridade. Esse impasse vem a ser formulado em um grande número de paradoxos, sobre os quais os próprios teóricos críticos com frequência fornecem a melhor expressão: enquanto a autonomia e a aceitação da autoridade são opostas, o mesmo processo de internalização e de individuação subjaz a ambas; enquanto a autonomia do indivíduo no capitalismo mostrou-se sendo uma máscara de isolamento e impotência, a dissolução da individualidade conduz a uma conformidade cada vez mais consistente; enquanto a razão crítica ou emancipatória precisa ser desenvolvida para fazer face à razão instrumental ou dominante, ambas surgem do conflito com a natureza interna e externa; e finalmente, apesar do fato de que o Eu que corporifica a cognição poder crescer apenas a partir de uma luta vitoriosa contra as pulsões<sup>i</sup>, a própria repressão das pulsões inclui a repressão da cognição ela mesma.

A distinção entre controle racional das pulsões e simples repressão se torna crucial - mas em uma “sociedade irracional” o Eu só pode responder à demanda de domar

as pulsões atuando irracionalmente ou inconscientemente. A esperança para um autocontrole racional é utópica, pois pressupõe uma ordem social racional cuja realização não está à vista. Se a ordem social presente mina a capacidade para o autocontrole racional, a razão é condenada a ser puramente um instrumento de dominação, ao invés de um instrumento de liberação. Na época presente, os teóricos críticos acham que a autoridade é diretamente exercida sobre o indivíduo em vez de ser internalizada - assim eliminando o potencial para crítica ou revolta. Como resultado, a possibilidade de formação do sujeito revolucionário está impedida [foreclosed]. Em face dessa situação, os teóricos críticos olham para trás, para a forma de controle pulsional que estava na base do desenvolvimento do Eu e da razão no passado - internalização individual - e argumentam que somente ela possui um potencial para a formação de uma crítica da dominação. Esse é o impasse ao qual me refiro como o “fim da internalização”.

Freud fez uma distinção entre o processo de internalização e o simples medo de uma autoridade externa, e viu esse processo como um avanço no desenvolvimento do Eu. Quando o Eu internaliza, leva “para dentro” um relacionamento no qual ele foi outrora dominado do exterior, de tal maneira que uma parte do Eu atua como agente de autoridade com relação à outra parte. Isso pode ser entendido de várias maneiras, como o Eu reproduzindo o relacionamento entre si e outro, ou o Eu se identificando com a autoridade. Os comandos da autoridade são experienciados como diretivas autônomas, parecendo emanar de dentro: consciência ou Super-eu. A resposta do Eu

a essa cisão é o sentimento de culpa que é o medo de punição pelo Super-eu. O processo de internalização presume uma individuação prévia, ou diferenciação de si e do outro. O que foi levado para dentro só estava no “exterior” pela qualidade de um processo anterior de exclusão, no qual o Eu formou uma fronteira separando um domínio de si<sup>3</sup>.

De acordo com os teóricos críticos, a condição histórica da vida familiar que fomentou o processo de internalização e individuação como Freud as conheceu já não estão mais em cena. A despersonalização crescente das relações sociais no capitalismo tardio, o declínio do pai empreendedor e individualista minou a organização familiar na qual estava baseada a internalização da autoridade<sup>4</sup>. A internalização é substituída pela direta

---

<sup>3</sup> Sigmund Freud. “Instincts and Their Vicissitudes”. Em *General Psychological Theory* (New York, 1963). Pp.99 [Sigmund Freud. *Os Instintos e seus Destinos*. Companhia das Letras, vol 12.]

<sup>4</sup> Max Horkheimer, “Authoritarianism and the Family Today” in *The Family: Its Function and Destiny* (New York, 1949), pp. 359-369. O ponto principal deste artigo é que a autoridade é cada vez mais despersonalizada. Como está localizada fora da figura parental, não pode tornar-se parte da composição psíquica interna. Nesta discussão, Horkheimer está explicitamente usando o conceito freudiano de desenvolvimento do Eu baseado na resolução bem-sucedida do complexo edípiano, um modelo explicitamente baseado na socialização da criança do sexo masculino. A criança vem a substituir o desejo de agir tal como o pai age em relação à mãe na esperança de poder, no futuro, possuir um objeto semelhante. A criança abandona o desejo imediato de posse por causa do medo da castração ou da perda do amor – em qualquer caso, uma relação pessoal com o pai. Ele assume a autoridade paterna internamente como Super-eu. Este esquema postula um desenvolvimento de consciência unilateral e ignora amplamente os estágios iniciais da identificação, especialmente com a mãe. É, portanto, patricêntrica, e a conclusão a que Marcuse (*Five Lectures* [Boston, 1970], p.50) bem como Horkheimer e outros têm erroneamente extraído é que a falta de um pai forte não fornece uma base para que as crianças possam resistir à autoridade. O grupo de pares é considerado invariavelmente conformista. Isso é realmente contradito pelos dados em “Personalidade liberal-democrática” em *Personalidade Autoritária*, apesar da tentativa de Horkheimer para obter os dados para sua tese. Além disso, ignora o papel da autoridade materna e do desenvolvimento pré-edípico, bem como a diferença no desenvolvimento da criança e, portanto, a possibilidade de as mulheres se oporem à autoridade paterna, talvez com base na identificação com mães fortes e sem o apoio de homens

conformidade a uma pressão externa. De modo similar, a falta de oportunidade para identificar-se com as figuras parentais eficazes e amorosas conduz a uma falha no desenvolvimento do Eu. Dessa forma, os teóricos críticos estabelecem o critério para análise do estado psicológico atual do sujeito tomando como referência o momento histórico em que a família ainda estava intacta. Em 1936 Horkheimer tinha argumentado que a família era um meio de socialização do indivíduo para aceitar a autoridade, a qual ensinava a criança a ser “razoável” em se conformar com a realidade social incontrolável<sup>5</sup>. Mas em 1949, ele enfatizou que a família tinha outrora defendido o indivíduo contra a sociedade - o que já havia afirmado anteriormente - e que a atual falta de eficácia dos pais faz com que eles entreguem as crianças mais cedo nas mãos das instituições do estado e da mídia de massa.

Agora que as formas impessoais, extrafamiliares e de autoridade mantêm o controle sobre o indivíduo, “a agência de mediação do Eu” é desnecessária para assegurar a conformidade. Mais especificamente, eles argumentam que a manipulação direta das pulsões inconscientes por forças externas perpetua a dominação social. Adorno explicou tanto o movimento fascista na Alemanha quanto a cultura conformista na América como a “apropriação da psicologia de massa pelos opressores”: a substituição do conflito entre o Eu e o Isso pela manipulação direta do Isso. Dada a persistência do isolamento individual e a

---

que têm fortes egos.

<sup>5</sup> Max Horkheimer, “Authority and the Family,” em *Critical Theory*, trans. M. O’Connell (New York, 1972). [Max Horkheimer. Autoridade e Família. in *Teoria crítica: uma documentação*. Tradução de Hilde Cohn. São Paulo, SP: Perspectiva: EDUSP, 1990. Pp 176]

competitividade no capitalismo tardio, um semblante externo de individualidade e de um “Eu automatizado” permanece, mas isso é entendido como “individualismo sem indivíduo”. Essa sentença deve ser vista, contudo, em seu contexto histórico: o fracasso dessa classe em se revoltar, classe cuja identidade coletiva se dava para pôr fim ao individualismo burguês ao mesmo tempo em que cumpria sua promessa não realizada de autonomia individual. Como este momento de possibilidade histórica falhou, essa forma de individualidade permanece a última reserva de oposição crítica e de consciência, uma forma que está se extinguindo<sup>6</sup>. Apesar de sua própria crítica exaustiva ao individualismo liberal, Adorno e Horkheimer agora retornam ao indivíduo, ainda que apenas como um conceito explicativo para sua post mortem. O ideal de consciência individual sustentado pelo liberalismo apresenta-nos as fontes faltantes de resistência. A internalização, embora em arranjo com a autoridade, foi também uma fonte de autonomia do Eu sem a qual a luta por emancipação não poderia ser travada.

Nunca é demais enfatizar que os próprios teóricos críticos estavam conscientes do modo pelo qual este impasse tinha surgido das condições específicas da sociedade burguesa. Eles mesmos tinham criticado a pressuposição subjacente à esperança de opor a razão individual à autoridade. Não obstante, a indisposição para abandonar certas premissas do racionalismo liberal os leva inexoravelmente a se resignar frente aos vários impasses

---

<sup>6</sup> A credibilidade empírica da tese de que o indivíduo está em declínio é duvidosa mesmo do ponto de vista dos próprios resultados empíricos de Adorno em *A Personalidade Autoritária*. A “personalidade liberal-democrática” enraizada na família nuclear modificada não estava em declínio.

que eles próprios já haviam identificado. É necessário retornar a estas premissas sobre a natureza humana e a constituição da razão, que eles compartilharam com Freud, a fim de explicar porque eles foram forçados à oposição paradoxal entre razão e autoridade: um impasse do qual eles não poderiam escapar.

## II

Por mais ociosa que possa parecer a tentativa de subtrair tudo aquilo que é “social” do nosso comportamento a fim de determinar que o resíduo é a verdade da natureza humana, é talvez ainda mais difícil evitar completamente todas as premissas sobre a natureza humana. O perigo, no entanto, é que relações sociais podem ser fetichizadas e vistas como pertencentes à natureza, de modo que os resultados de um processo aparecem em última instância como a causa. O próprio Freud não abominava especular sobre a natureza das pulsões básicas humanas. Ele postulou o Isso como local inconsciente do primitivo, das pulsões não-socializadas – às vezes impulsos perigosos, motivados pelo objetivo de redução da tensão ou o princípio do prazer. No caso do Isso, o fetichismo ocorre quando a dominação do Eu é vista como uma reação, ao invés da causa da natureza primitiva do Isso<sup>7</sup>. Enquanto Adorno e

---

<sup>7</sup> “Só a mimese se torna semelhante ao mundo ambiente, a falsa projeção torna o mundo ambiente semelhante a ela”, Max Horkheimer e T. W. Adorno. *Dialectic of Enlightenment*. Trad. J. Cummings (New York, 1972). P.183 [Max Horkheimer e T. W. Adorno. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, RJ, 2006. p. 154]. A exposição da maneira pela qual o pensamento objetificador gradualmente corta a conexão do sujeito com o mundo dos objetos deve ser vista como sua tentativa de discutir a formação do Eu alienado do Isso. Entretanto, eles mesmos nunca incluem conscientemente o Isso nestas considerações, assim como nunca traçam explicitamente o paralelo entre a razão instrumental

Horkheimer propuseram na Dialética do Esclarecimento que os esforços do Eu para dominar uma natureza assustadora de fato aumenta o antagonismo entre os dois, eles não se valem desta proposição para o entendimento do Isso. Ao invés disso, eles propõem que a destrutividade inata do Isso emerge quando não está mais contida pela internalização do Eu. O Eu, que é incapaz de proteger a si mesmo dos impulsos internos, projeta-se para fora “patologicamente”<sup>8</sup>. O que aparece nesta formulação é que o autocontrole, a natureza interna da dominação, era na verdade justificado porque, em sua ausência, o núcleo inato da agressão emergiria.

Essa posição implica uma reversão não reconhecida de seu argumento, segundo o qual o Eu criaria um mundo cada vez mais hostil através do exercício da dominação e do controle. O Isso objetificado aparece na teoria deles como única fonte de conflito através do qual o Eu pode progredir. Eles não têm uma base para examinar a extensão ou o meio pelo qual os antagonismos socialmente mediados produzem a destrutividade, em vez de expressá-la. Isso requer um exame da maneira pelo qual certos conjuntos de impulsos se tornam separados ou alienados do Eu original, e assumem o caráter de uma natureza interna poderosa ou destrutiva.

A aparente necessidade do desenvolvimento do Eu através da oposição do mundo externo com a natureza interna poderia ser contestada pela suposição da necessidade subjetiva de reconhecimento

---

formal e o Eu baseado no princípio de desempenho.

<sup>8</sup> *Dialectic of Enlightenment*, op.cit., p. 193. [*Dialética do Esclarecimento*, op. Cit., P.154]. Aqui os teóricos críticos não são relutantes em postular a natureza do sujeito. O caráter associal do Isso não é o menos importante de suas proposições empiricamente não fundamentadas.

mútuo. O reconhecimento mútuo da subjetividade implica que o mundo a que o sujeito se opõe pode ser desmistificado como a criação de outros sujeitos que estão agindo continuamente uns sobre os outros. O que aparenta ser natureza interna pode ser compreendido como uma forma alienada da necessidade por reconhecimento, distorcida pelo processo intersubjetivo de objetificação. De fato, é precisamente nesse modo alienado de negação da necessidade básica por reconhecimento que a interdependência dos sujeitos é mais visível. A negação dessa mútua necessidade universal é parte integrante da luta em torno de qualquer necessidade concreta particular, através da qual as relações de poder são consolidadas. Assim, a compreensão da dominação requer a investigação do processo social de alienação dessa necessidade na primeira infância, examinando a interação do ponto de vista do socializador, bem como do socializado.

A perspectiva psicanalítica conhecida como "teoria das relações de objeto"<sup>9</sup>, na qual o desenvolvimento do Eu é explicado através da interação com outros sujeitos, é particularmente apropriada para tal investigação. A perspectiva das relações de objeto vê a libido como dirigida para o outro, as pulsões libidinais como "busca de objetos" [object seeking]. Isto é: o motivo subjetivo de uma interação, mesmo que parcial – aqui os impulsos sexuais são colocados em jogo - está na conexão com o objeto como outro ser subjetivo. A necessidade última não é o peito, ou o leite, mas a mãe. Essa perspectiva sugere que a instrumentalização do outro para a satisfação de impulsos

---

<sup>9</sup> A teoria das relações de objeto, na qual se baseia grande parte dessa explicação, é expressa de forma mais coerente em H. Guntrip. *Personality Structure and Human Interaction* (New York, 1961) e W.R.D. Fairbairn, *An Object Relations Theory of Personality* (London, 1952).

sexuais parciais, embora aparentemente naturais, representa na verdade uma deterioração das relações de objeto. Assim, o princípio do prazer, que na visão de Freud governa o Isso, constitui uma degeneração das relações de objeto que deve ser primeiro explicada através do desenvolvimento dessas relações.

Nesse contexto, a análise do desenvolvimento do Eu não precisa assumir que os seres humanos são *tabulae rasae* sobre as quais a sociedade se imprime: que não têm impulsos inconscientes, nem potencialidades destrutivas. Em vez disso, a sociedade deve ser vista como uma criação de tais seres humanos que externalizam sua natureza. Não precisamos assumir que esse processo de externalização prossegue sem distorção. O problema não reside no que, mas na forma como a natureza humana é externalizada. Esta percepção emerge repetidamente na Teoria Crítica, desde os fundadores, na sua aceitação da teoria das pulsões, na sua demonização da segunda natureza como natureza.

A relação entre o Eu e a natureza interior na Teoria Crítica segue um estreito paralelo na sua construção da relação entre razão ou Eu e natureza externa. Em sua análise do conflito entre o Eu e o mundo exterior, como Freud, eles nunca dizem exatamente do que o mundo externo é composto. Não é claro quando o termo designa o mundo social e quando designa o mundo natural, quando se refere a outros sujeitos e quando se refere a processos sociais objetificados ou instituições. Horkheimer e Adorno consideram a razão como um processo universal histórico ou um processo ontologizado que se desenvolve a

partir da oposição à natureza<sup>10</sup>. De maneira paralela, Freud explicou a evolução do Eu a partir do Isso como resultado da pressão da necessidade e do estímulo do mundo externo. Para Adorno e Horkheimer, a luta entre o Eu e o mundo exterior, a razão e a natureza, é transposta para dentro do sujeito como um processo de controle de sua própria natureza. A racionalidade com respeito a fins começa enquanto relação social com a natureza, que se torna internalizada como autocontrole sobre a natureza interna<sup>11</sup>.

Enquanto uma orientação em relação à natureza, a razão sempre continha tanto a racionalidade com respeito a fins ou controle quanto o aspecto do esclarecimento ou da libertação do medo. Adorno e Horkheimer queriam mostrar como a pulsão para a dominação sobre a natureza, isto é, para a autopreservação, estava inextricavelmente entrelaçada com o desenvolvimento da razão. Da mesma forma, a base do desenvolvimento do Eu é sempre a autopreservação, a reação ao mundo externo. Logo, o grau de consciência e qualidade da racionalidade que

---

<sup>10</sup> Freud menciona isto numa série de exposições, por exemplo em *Além do Princípio do Prazer*. Parte da função do Eu é projetar contra esses estímulos, para afastá-los, porque o sistema nervoso “ se fosse possível, gostaria de manter-se verdadeiramente livre de estímulos.” Ver Freud, “Instincts...”, op. Cit. pp 86. [Sigmund Freud, “Instintos...”, op. Cit. pp. 41] O Eu é assim visto como uma formação secundária que só surge para servir ao princípio do prazer - o princípio da redução da tensão - porque um indivíduo é atingido. A função do julgamento, aceitando o princípio da realidade, é para verificar o que é bom ou mau e se está dentro ou fora. Ver Freud, “Negation”, *General Psychological Theory*, op. Cit.

<sup>11</sup> A extensão em que a racionalidade com respeito a fins é uma forma de vida nunca foi plenamente apreciada na Teoria Crítica. Eike Gebhardt aponta isso em “Identidade como uma Instituição Total”, *International Journal of Sociology*, 5: I (Spring, 1975), pp. 3-46. A formulação de Marcuse do Princípio de Desempenho (em *Eros e Civilização*) também carece de uma descrição mais fenomenal da busca por aprovação e cálculo do uso. As implicações da Ética Protestante como fenômeno psicológico ainda não foram desenvolvidas.

poderia se desenvolver dependem das exigências sociais da sobrevivência. Esses requisitos são consolidados em formas socio-históricas que medeiam a forma do Eu. Assim, Adorno e Horkheimer acreditam que aquilo que a história trouxe também pode eliminar.

O Eu, para a Teoria Crítica, é uma formação puramente social ou secundária. Ao mesmo tempo, ele é profundamente ligado à autopreservação individual (como Freud também acreditava), ao princípio do autointeresse do indivíduo. Eles afirmam consistentemente que o Eu e a racionalidade chegam ao fim quando o interesse não mais os demanda. É claro que o princípio do autointeresse foi entendido na sociedade burguesa como um princípio individual e não coletivo. A possibilidade de uma forma diferente do Eu baseada no fato de pertencer a um grupo social e na mutualidade de interesse, e não no autointeresse do indivíduo, não é totalmente desconhecida na Teoria Crítica. Mas apenas o princípio do interesse individual, ou seja, a autopreservação individual é elevada a uma categoria de processo endopsíquico, da natureza<sup>12</sup>. Além disso, apenas a luta contra a natureza, em vez de um impulso para satisfazer um desejo pelo outro - a sociabilidade - pode, em última análise, despertar o potencial humano para a existência social consciente.

O problema crucial nessa concepção do Eu e da natureza

---

<sup>12</sup> *Dialectic of Enlightenment*, op.cit., P: 189 [*Dialética do Esclarecimento*, op. Cit. P. 155-156]. Repetindo o esgotamento do Eu dentro de sua teoria - analisando o “mundo exterior” como uma categoria abstrata, o sujeito também perde a concretude, especificamente o potencial de libertação. O problema resulta da atenuação da distinção entre controle, apropriação e transformação da natureza - a distinção entre apropriação individual e social está completamente ausente. A manutenção dos limites da realização individual do Eu não é colocada no contexto historicamente específico da propriedade privada. “Possessão” é notavelmente ausente de sua discussão.

é, portanto, a falta de um conceito de intersubjetividade - as relações sujeito-sujeito ou interação social<sup>13</sup>. A consciência parece ser uma propriedade da mônada individual. O mundo não é concebido como um espaço intersubjetivo, no qual os objetos encontrados são realmente eles mesmos sujeitos que têm a capacidade de agir e serem afetados pelas ações de outros. No uso da categoria abstrata de "mundo exterior", na análise da razão em si, em termos de Eu e exterior, sujeito e objeto, os teóricos críticos são incapazes de superar o dualismo sujeito-objeto do qual, no ponto de vista deles, em última instância, emerge a dominação. A fonte da objetivação do mundo exterior, bem como a incapacidade de transcender a razão objetificante, é o desenvolvimento das categorias de reflexão e autorreflexão unicamente a partir da relação entre sujeito e objeto.

Esta é precisamente a posição idealista da qual Adorno e Horkheimer são eles mesmos críticos. Em suas primeiras discussões sobre autoridade, Horkheimer tinha mostrado como o indivíduo pensante, o sujeito autônomo da filosofia burguesa, é de fato impotente socialmente. A oposição da razão individual à autoridade, realmente significava sua solidão no mundo, não lhe deixando alternativa a não ser adaptar-se. Horkheimer argumentou que a divisão entre sujeito e objeto surgiu porque as origens do mundo externo na atividade prática humana são obscurecidas. Ao confrontar-se com um mundo

---

<sup>13</sup> A falta de perspectiva intersubjetiva na Teoria Crítica também foi apontada por Paul Piccone, "From Tragedy to Farce: The Return of Critical Theory", *New German Critique*, 7 (Winter 1976), pp. 91-105. Habermas tentou consistentemente estabelecer um conceito de intersubjetividade, mas sua localização da categoria de auto reflexão em Freud e sua negação dela nas categorias marxianas de cooperação e práxis são problemáticas.

no qual o sujeito não pode reconhecer o seu próprio fazer, esse mundo então lhe parece objetivo. Torna-se um objeto de contemplação, um mundo no qual o objeto é separado por um espaço que só pode ser superado pelo conhecimento, não pela ação. Nesta perspectiva, a premissa para o desenvolvimento do Eu individual, a existência de uma fronteira entre sujeito e objeto que permite que o externo se torne interno, na verdade é o processo intersubjetivo de alienação.

O reconhecimento deste processo intersubjetivo não é mantido por Adorno e Horkheimer quando derivam a oposição entre o Eu do raciocínio e a natureza interna a partir da natureza do Isso<sup>14</sup>. Sua reversão ao ideal da consciência individual, depois de ter revelado suas origens no fetichismo da mercadoria, fundamenta-se numa teoria inadequada das relações objetivas e uma aceitação concomitante do Isso objetivado. Essas premissas, por sua vez, repousam em sua dificuldade em aceitar a concepção de um mundo intersubjetivo.

### III

Para a Teoria Crítica, não importa como a razão se torna uma força de dominação, ou como o Eu se torna uma agência de autoridade, estes continuam a ser as últimas forças em luta contra a sociedade de massa através das quais a natureza toma a sua vingança. Consequentemente, a instrumentalização da razão e a automação do Eu não significam nada além da derrota da própria subjetividade. O processo de objetivação prevalece

---

<sup>14</sup> *Dialectic of Enlightenment, op.cit.*, p. 183. [*Dialética do Esclarecimento*. Op. Cit. P. 151]

em um duplo sentido: o mundo torna-se cada vez mais reificado e a razão torna-se cada vez mais incapaz de refletir sobre os fins que serve, tornando-se subordinada a esses processos objetivos<sup>15</sup>. O veredito da Dialética do Esclarecimento, então, é que a razão, uma vez que encarnou uma tensão entre reflexão e repressão eliminou, ela própria, a contradição em favor do lado repressivo. A análise desse paradoxo da razão em suas várias formas e evolução é o pano de fundo para compreender o dilema atual, o fim da internalização.

A internalização sempre implicou um processo de diferenciação, de separação do que é o si e do que é o fora, e, portanto, da individuação consciente. A separação de si do objeto - o dualismo sujeito-objeto - é a pré-condição para a reflexão sobre o objeto. Mais importante ainda, o si pode agora tornar-se objeto de reflexão<sup>16</sup>. Isso significa que o sujeito pode conter sua tendência de objetivar o mundo através da reflexão, refletindo sobre sua própria tendência à objetivação. A solução para o problema da razão é mais razão. O que se tornou parte de si através do processo de internalização ainda pode ser criticado, externalizado, até mesmo rejeitado. Tendo levado o que é exterior para o seu próprio domínio, o sujeito é livre para reconsiderá-lo como seu "próprio". Nesse sentido, a internalização é a base da autonomia e da autoconsciência do Eu.

No entanto, a atividade do Eu sempre continha o elemento de dominar o objeto, e a internalização sempre significava

---

<sup>15</sup> Ibid. Horkheimer também explica o tema do esgotamento do Eu de forma mais convincente em *Eclipse da Razão* (Nova York, 1974) [HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2000].

<sup>16</sup> Ibid., pp. 188 [Ibid., pp. 155]

autodomação. Em termos psicológicos, a crescente dominação do Eu sobre a própria natureza interna do sujeito produz uma contradição: a internalização como reflexividade, mas também como a destruição da consciência racional<sup>17</sup>. Enquanto o Eu racional é gerado pela pulsão de autopreservação, é também a vítima dessa. O autocontrole, princípio do ascetismo mundano, está em arranjo com as relações sociais de dominação que, embora encorajem a racionalidade, a subordinam. À medida que esse controle se torna objetificado nas próprias relações sociais, até o autocontrole torna-se obsoleto.

Uma vez que o desenvolvimento do capitalismo eliminou a necessidade da tomada de decisão individual ou do autocontrole racional, ele dissolveu as funções que o Eu uma vez cultivou: "A consciência moral perde seu objetivo, pois a responsabilidade do indivíduo por si mesmo e pelos seus é substituída muito simplesmente por sua contribuição ao aparelho, mesmo que isso ocorra sob as antigas categorias morais. Não é mais possível dar uma solução ao conflito pulsional em que se forma a consciência moral. Em vez de interiorização do imperativo social - que não apenas lhe confere mais obrigatório e ao mesmo tempo mais aberto, mas também emancipa da sociedade e até mesmo faz com que se volte contra a sociedade - tem lugar uma identificação pronta e imediata com as escalas de valores estereotipadas"<sup>18</sup>. Além disso, eles sustentam que não é mais responsabilidade do Eu "manter os impulsos psicológicos dentro dos limites da autopreservação", para controlar a pulsão. O "sistema de cultura de massa que toma os últimos impulsos interiores dos

---

<sup>17</sup> Ibid., pp. 187 - 194. [Ibid., pp. 154 - 160]

<sup>18</sup> Ibid., p. 198 [Ibid., p. 163]

indivíduos" faz o controle do Eu desnecessário. "Os comitês e as estrelas servem como Eu e Super-eu," uma forma de controle pulsional que é mais inescapável do que a internalização, que encarna a capacidade de reflexão sobre os objetivos do controle<sup>19</sup>. Assim, a sociedade temporária testemunha o fim desse conflito intrapsíquico entre Eu e pulsão que, na sua visão, tornou a internalização uma fonte de oposição crítica.

O fim deste conflito significou o fim de toda possibilidade de oposição. Adorno escreveu em 1954: "A brutalidade do exterior, a sociedade total que age uniformemente, bloqueia a diferenciação e se serve do núcleo primitivo do inconsciente. Ambos conspiram para a aniquilação da instância mediadora; as moções arcaicas triunfais, a vitória do Isso sobre o Eu, harmonizam-se com o triunfo da sociedade sobre o indivíduo"<sup>20</sup>. Esta afirmação sugere que, de acordo com suas premissas sobre a natureza humana, tanto o Eu quanto o Isso são infinitamente maleáveis. Enquanto Adorno ataca os revisionistas analíticos por traçarem a natureza do inconsciente às influências sociais<sup>21</sup>, ele próprio

---

<sup>19</sup> Ibid, p. 203 [Ibid, p. 167]

<sup>20</sup> T. W. Adorno. "Sociology and Psychology". *New Left Review*, 46-47, p. 95 [T. W. Adorno, "Sobre a Relação entre sociologia e psicologia", in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015), p. 124]

<sup>21</sup> Ibid, p. 75 [Ibid, P. 124] O argumento de Adorno de reducionismo parece muito mais acertado em Parsons, que sustenta que o Isso é o sedimento das relações de objeto, assim como o Eu e o Super-eu. Isso é reducionista porque implica que os seres humanos podem ser moldados à vontade, sem protestar e, portanto, nega a compreensão analítica fundamental de que a repressão de impulsos básicos não pode realmente ter sucesso e leva a um conflito neurótico. No entanto, os revisionistas não sustentam que o conteúdo do Isso é criado pelas relações sociais tanto quanto afetado por elas. A verdadeira questão aqui é o que realmente são os impulsos fundamentais, e se eles são corretamente entendidos como sexuais. Apesar da afirmação de Adorno de que os revisionistas negam a importância da sexualidade, ele nunca a integra em suas teorias sobre o Eu. A posição de Adorno é reiterada em Russell Jacoby, *Social Amnesia* (Boston, 1975). [JACOBY, Russell. *Amnesia social: uma crítica a psicologia conformista*, de Adler a Laing / Russell Jacoby ; tradução de Sonia Sales Gomes. Rio de

argumenta que o Isso pode ser totalmente instrumentalizado e manipulado pelas forças sociais. Se não for uma tabula rasa, ainda assim este Isso é convenientemente composto apenas pela energia que a economia burguesa pode absorver a qualquer momento. Além disso, como o Eu apenas se diferencia do Isso sob pressão externa e pode ser completamente instrumentalizado, ele também não tem poder para resistir. Assim, o impasse é completo: um Isso infinitamente manipulável e um Eu baseado no autointeresse do indivíduo entregam o sujeito passivamente nas garras das forças sociais externas.

Diante desse impasse, Adorno escolhe ser parte daqueles que sustentam um Eu derrotado e mantém que o Isso é vitorioso<sup>22</sup>. Em última análise, ele faz esse compromisso após inúmeras vacilações, porque o Eu representa a consciência - e a consciência, não a pulsão, é a verdadeira força de oposição a todos os infortúnios que sofremos. O controle consciente representa a transcendência da mera repressão e, portanto, é comparável à capacidade de refletir sobre os fins ou valores como a transcendência da razão instrumental. O controle consciente da natureza interior distingue o Eu crítico do Eu automatizado indiferenciado que só reprime<sup>23</sup>. A distinção entre autocontrole consciente e repressão é absolutamente central para a análise freudiana do Eu. Exprime a diferença entre a repressão das pulsões que resultam na culpa inconsciente e

---

Janeiro, RJ: Zahar, 1977.]

<sup>22</sup> Jürgen Habermas “Moral Development and Ego Identity”, *Telos*, 24 (Verão 1975), pp. 42 e 43. Segundo Habermas, “a teoria crítica da sociedade ainda se apegua ao conceito do Eu autônomo, mesmo quando faz a previsão sombria de que esse Eu perde sua base”.

<sup>23</sup> Adorno, “Sociologia e Psicologia”, op. Cit., P. 87. T. W. Adorno, “Sobre a Relação entre sociologia e psicologia”, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015)]

agressão, e, também, a aceitação racional da necessidade.

No capitalismo, de acordo com a Teoria Crítica, essa distinção entre repressão e autocontrole racional torna-se obsoleta. O Eu racional que uma vez foi fomentado para atender às demandas de autopreservação é agora suprimido por elas - ou então questionaria a necessidade de autocontrole. A base objetiva da racionalidade é perdida quando a renúncia torna-se objetivamente desnecessária. O autocontrole não é mais necessário para manter o sistema produtivo funcionando. Em vista do desenvolvimento das forças produtivas e das maiores possibilidades de satisfação, o Eu não pode sacrificar-se racionalmente a fim de sobreviver, preservar-se, atuar competitivamente. Mesmo a racionalidade do autointeresse é corroída, deixando apenas o esqueleto do cálculo: "Ora, em uma sociedade irracional, o Eu não consegue de forma alguma satisfazer adequadamente a função que lhe é atribuída por tal sociedade. [...] A fim de poder se afirmar na realidade, o Eu tem que conhecê-la e operar conscientemente. Para que o indivíduo consiga realizar as renúncias, muitas vezes sem sentido, que lhes são impostas o Eu precisa erigir proibições inconscientes e se manter em grande parte no inconsciente [...] o Eu racional [...] é claramente desigual para sua tarefa. Ele tem que se tornar inconsciente, um fragmento da dinâmica pulsional, mas acima da qual ele deve novamente se elevar. A função cognitiva, que é realizada pelo Eu em virtude da autoconservação, deve ser sempre interrompida mais uma vez, bem como a autoconsciência deve fracassar, em virtude da

mesma autoconservação"<sup>24</sup>.

Neste momento, Adorno tenta deslocar o problema do cumprimento da repressão da pulsão, para a repressão do Eu. Ele sugere que é o próprio Eu que está em conflito, puxado tanto na direção da atividade consciente, por um lado, quanto para a supressão da cognição racional pelas demandas sociais de sobrevivência, por outro. Marcuse mais tarde desenvolveu essa ideia de que a época atual se distingue pela repressão do Eu. "A defesa consiste, principalmente, num fortalecimento dos controles não tanto sobre os instintos, mas sobre a consciência, a qual, se se permitir que fique livre, poderá reconhecer o trabalho de repressão mesmo nas maiores e melhores satisfações de necessidades"<sup>25</sup>. As pulsões, no entanto, são paliativas e alistadas em conformidade com uma espécie de pseudogratificação que Marcuse denominou "dessublimação repressiva"<sup>26</sup>.

Esta é uma tentativa altamente significativa de formular a psicologia social da conformidade numa sociedade que aboliu a escassez para muitos de seus membros. Tanto Marcuse como Adorno parecem ter em mente a ideia de que a repressão da percepção ou da cognição é tão vital para a dominação como a repressão do desejo. De acordo com este ponto de vista, a fonte da conformidade já não é a repressão per se, a menos que a repressão não se refira aos desejos, mas às percepções. De fato, eles são ambíguos sobre se a cognição não prosperaria mais em virtude da repressão pulsional, do que pela satisfação.

---

<sup>24</sup> Ibid., P. 108. Ver também Marcuse, *Five Lectures*, op.cit.

<sup>25</sup> Herbert Marcuse, *Eros e Civilização*. New York, 1962, p. 85 [*Eros e Civilização*. Circulo do Livro, 1986, p. 89].

<sup>26</sup> Herbert Marcuse, *One Dimensional Man* (Boston, 1964), pp. 56-84. [Herbert Marcuse, *O homem unidimensional* (Zahar, 1973), pp.69-91]

Adorno também desenvolveu a ideia de que o Eu inconsciente, os impulsos narcisistas e os mecanismos de defesa, são um ponto de partida importante para a análise da cultura contemporânea. Ele sugere que o próprio Eu está em conflito, puxado tanto na direção da consciência como na supressão da consciência pelas demandas sociais de sobrevivência. O Eu, como desenvolvido na teoria posterior de Freud, poderia ser visto como a agência repressora e o conteúdo reprimido<sup>27</sup>. Adorno pensa que essa contradição reflete a situação real do Eu: ele desenvolve certa quantidade de racionalidade por causa da autopreservação, mas não o suficiente para desafiar o sistema. O Eu representa psicologicamente o conflito entre as duas formas ou racionalidades (instrumental e emancipatória) em sua posição dual como consciente e inconsciente. No entanto, na opinião de Adorno, ambas as tendências são respostas à pressão externa, formações secundárias. Portanto, ele não desenvolve a análise do Eu, ou da repressão da percepção e da cognição, além do ponto de afirmar que as forças sociais eliminaram a tendência emancipatória.

Enquanto Adorno permaneceu menos otimista sobre o Isso do que Marcuse, que tentou encontrar dentro dele ou dentro da libido um potencial para ir além do princípio do prazer, Adorno continuou a examinar cuidadosamente a cumplicidade

---

<sup>27</sup> Adorno, “Sociologia e Psicologia”, op.cit., Parte II, p. 87. [T. W. Adorno, “Sobre a Relação entre sociologia e psicologia”, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015), p. 107] Adorno escreve: “[...] as determinações psicológicas e imanentes que ele [Freud] atribuiu ao Eu contradizem de forma involuntária uma à outra e rompem o fechamento do sistema pretendido por ele”, e “A contradição resulta no fato de Eu dever ser, como consciência, o oposto do recalque, enquanto, como inconsciente, Eu deve ser a instancia recalcante.”

do Eu na dominação<sup>28</sup>. Isto é particularmente importante em sua análise do fascismo, que revela alguns dos aspectos mais problemáticos da abordagem da Teoria Crítica sobre o conflito entre a razão e natureza. As questões de poder e desamparo, as condições intersubjetivas do controle social e a questão não resolvida de se a cognição deve necessariamente se basear na repressão pulsional ou ser reprimida junto com a pulsão, são todas levantadas, mas não verdadeiramente esclarecidas. Adorno é incapaz de distinguir entre consciente e a consciência, Super-eu e Eu, controle social e autocontrole<sup>29</sup>.

Adorno argumenta que o fascismo, assim como a cultura de massas no capitalismo avançado, resulta de uma falha na internalização: indivíduos permanecem em um estágio no qual o medo da autoridade externa é a motivação primária. No fascismo, o impulso arcaico do Isso é explorado pelos líderes, “a apropriação da psicologia de massas pelos opressores”. Ele mantém que o Super-eu ou a consciência declinem, permitindo maior impulsividade. Esses impulsos do Isso têm a tendência de

---

<sup>28</sup> Marcuse, por outro lado, procurou pelo menos uma visão do esforço humano para a libertação que não poderia ser eliminada. Ele argumentou que o princípio da realidade predominante que assume a forma do princípio de desempenho (exigindo realização instrumental) pode ser superado por uma orientação verdadeiramente sociável e espontânea à realidade. O Eu poderia assim tornar-se sociável em vez de instrumental. Marcuse foi capaz de formular uma visão utópica em que razão e natureza são reconciliadas. Mas ele não foi capaz de encontrar dentro de nossa sociedade atual uma força para a consciência crítica, porque ele continuou a defender a noção do Eu como secundária.

<sup>29</sup> Ver Herbert Marcuse, “The Obsolescence of the Freudian Concept of Man”, *Five lectures*, op. Cit., P. 50. “Mas a regressão do Eu manifesta... sobretudo no enfraquecimento das faculdades mentais” críticas: consciência e consciente. Eles estão inter-relacionados: nenhuma consciência sem conhecimento desenvolvido... do bem e do mal.” Tipicamente, Marcuse confunde o julgamento moral e a consciência da dominação, que pode ser completamente obscurecida por categorias morais.

repersonalizar e idealizar as figuras de autoridade que perderam a aura que tiveram no passado. A progressiva despersonalização da autoridade, de fato, a racionalização de todas as relações sociais, é compensada pela irracionalidade da massa. O líder fascista supre o objeto perdido daqueles desejos insatisfeitos por autoridade<sup>30</sup>. Aqui é primordial o tema da “revolta da natureza”, como Horkheimer denominou a traição pelas pulsões inatas destrutivas.

Por outro lado, Adorno sugere que o comportamento fascista não expressa simplesmente a agressão pulsionalmente enraizada, mas é motivado pelo narcisismo.

Para Adorno, narcisismo é fraqueza do Eu, uma diminuição de seu lado cognitivo consciente que recoloca a internalização como causa da cumplicidade. Em “Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista”, Adorno esclarece a exploração da identificação narcísica e a ferida narcísica nos movimentos fascistas. Ele argumenta que as aflições narcísicas do Eu são as características do período presente no qual “por razões econômicas testemunhamos o declínio do indivíduo e sua

---

<sup>30</sup> T. W. Adorno, “Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda”, *Gesammelte Werk, Soziologische Schriften I* (Frankfurt, 1972), P: 416. [T. W. Adorno, “A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista”, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015) pp 164] A “tese de repersonalização” é extremamente importante à luz do argumento da teoria crítica de que a despersonalização roubou aos indivíduos a oportunidade de desenvolver um Eu. Essencialmente, a tese expressa a ideia de que as pessoas agora desenvolvem um “Eu falso” e que uma vez que o Eu era real porque tinha, dentro de uma área circunscrita, uma oportunidade real para exercer o julgamento. No entanto, aqui a própria fraqueza de toda a discussão sobre o fascismo torna-se evidente: o processo de despersonalização estava realmente tão avançado na Alemanha, ou Adorno está realmente se referindo à sociedade americana, especialmente à indústria cultural, e simplesmente derrubando as duas formações sociais? Cf. Piccone, “From Tragedy to Farce”, op.cit.

subsequente fraqueza”<sup>31</sup>. De modo parecido, ele afirmou em “Antissemitismo e propaganda fascista” que “o Eu desempenha um papel muito grande na irracionalidade fascista para admitir uma interpretação do suposto êxtase como mera manifestação do inconsciente”<sup>32</sup>. Presumivelmente, o que ele quer dizer é que o comportamento fascista não expressa simplesmente a agressão que é enraizada pulsionalmente no Isso, mas é motivada por uma aflição ou por um conflito interno ao Eu. Isso, diz ele, encaixa com o fato da participação nos movimentos fascistas ter uma qualidade “falsa” (phony), o que se trata de uma “encenação” (performance) para as pessoas, e não que elas sintam ou acreditem nisso<sup>33</sup>.

O impulso narcísico para satisfazer o próprio ideal do Eu é, portanto, a base para a identificação com os líderes fascistas. Os indivíduos narcisistas têm ideais do Eu altamente racionais e exigem de si um alto grau de autocontrole, que de fato eles não podem cumprir, resultando em uma lesão ao seu senso de autocontrole. O controle do líder corresponde precisamente à demanda que os seguidores não podem encontrar em si mesmos<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> T. W. Adorno, “Anti-Semitism and Fascist Propaganda,” *Gesammelte Werke, Soziologische Schriften I* (Frankfurt, 1972), p. 411. Originalmente publicado em 1951, [T. W. Adorno, “Antissemitismo e propaganda fascista”, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (ed. Unesp, 2015) pp. 137-152]

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 400.

<sup>33</sup> Adorno, “Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda,” P. 432 [T. W. Adorno, “A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista”, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015), op.cit., p.188]

<sup>34</sup> *Ibid.* Veja também Anson Rabinbach, “Marxistische Faschismustheorien: Ein Ueberblick”, *Aesthetik und Kommunikation*, 26 (dezembro, 1976), p. 10. “A ênfase na liderança como a relação básica que consolida o fascismo é uma abordagem simplificada tanto para os problemas da cultura como da autoridade, seja como no caso de Reich... a ênfase é colocada sobre uma teoria rígida e mecânica da repressão instintual... ou em Adorno sobre uma ideia relativamente simples da relação entre

As exigências racionais ou a exigência de racionalidade tornam-se a base para a conformidade<sup>35</sup>. O que o participante fascista procura é a ilusão de controle para corrigir seu sentimento de impotência.

Por trás dessas interpretações um tanto conflituosas do fascismo está um julgamento comum - o desejo de poder ou autoridade que é expresso no fascismo como formações primárias, ao invés de expressões secundárias de necessidades que se tornam alienadas e distorcidas através da interação social. Há outra razão para Adorno sugerir duas explicações contraditórias da psicologia de massas - ou o fim da internalização, ou a reação de um Eu fraco para um ideal do Eu forte<sup>36</sup>. Ele tende a usar o conceito de internalização de forma confusa para significar dois desenvolvimentos diferentes, mas relacionados: o desenvolvimento do Eu e do Super-eu<sup>37</sup>. A identificação com a

---

regressão psíquica e técnica manipuladora. “A outra dificuldade é a tendência de Adorno de separar a psicanálise e a sociologia ou negar completamente o poder explicativo da psicanálise. Ou ele afirma que “os processos psicológicos... deixaram de aparecer como as forças determinantes do processo social” ou ele argumenta que “o fascismo não é uma questão psicológica”, e qualquer tentativa de entendê-la como tal é ideológica. Na verdade, é necessária uma abordagem dual, que analisa as origens da crise objetiva a que os indivíduos responderam psicologicamente, o surgimento do fascismo como resposta a condições históricas definidas. Sentimentos de terror e abandono em resposta a crises sociais devem ainda ser entendidos como psicológicos, e a forma como o fascismo organizou essas emoções é uma parte crucial de sua política. Mas os sentimentos de terror estão manifestamente ausentes da discussão do fascismo nos escritos de Adorno.

<sup>35</sup> Adorno, “Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda,” pp. 417-418. [T. W. Adorno, “A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista”, in: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015)]

<sup>36</sup> A maneira pela qual as duas explicações podem ser desvendadas é sugerida pelos esforços para distinguir as formações históricas.

<sup>37</sup> Fromm já havia apontado a dificuldade de distinguir o Super-eu e o Eu em *Authority and the Family*, op. cit. A dificuldade de distinguir consciência e consciente, Super-eu e Eu é aparente nos argumentos de Horkheimer a favor de um pai forte. A dificuldade decorre em grande parte do ponto de vista patrocêntrico, que ignora o poder da mãe.

autoridade parental como Super-eu é colapsada na identificação com a competência dos pais ou a realidade da autonomia infantil como formação do Eu. De fato, é mais provável que as pretensões do Eu e do Super-eu se oponham uma à outra.

Se o atual padrão de socialização falha em produzir um Super-eu (“consciência autônoma”) e assim permite a “dessublimação” da violência – ou seja, os impulsos arcaicos do Isso no movimento fascista –, então pode ser válido dizer que a manipulação substituiu a internalização. Mas a ausência de um Eu consciente, que Adorno chama de narcisismo, dificilmente é idêntica à falta de um Super-eu ou Ideal do Eu - de fato, o oposto é mais provável. Um Super-eu forte acompanha e encoraja um Eu fraco. A razão pela qual Adorno equipara a falta de internalização (Super-eu fraco) à identificação narcísica (Eu fraco) pode ser encontrada em uma categoria importante subjacente à sua análise: a diferenciação. Enquanto a identificação por incorporação se opõe à diferenciação, eliminando fronteiras e diferenças, a internalização da autoridade como vimos é um processo de individuação. Ela pressupõe e estabelece tanto fronteiras como diferenças.

O problema é que Adorno vê o princípio de autocontrole e a responsabilidade que subjazem à individuação nesta sociedade como constituindo uma verdadeira autonomia. Ele, portanto, persiste em ver a internalização como um veículo para a consciência ao invés da aceitação inconsciente da autoridade. Mais importante ainda é que ele não vê que a perda de consciência internalizada não é o mesmo que a falta de controle racional consciente sobre o ambiente, controle que um Eu autônomo poderia exercer.

Finalmente, Adorno não discrimina entre a individuação que é imposta de fora e aquilo que se desenvolve espontaneamente, entre viver de acordo com os padrões de um pai poderoso e a independência que vem do reconhecimento parental da autoatividade. Não há nenhuma base para a distinção entre o princípio de desempenho e outro princípio de realidade, entre obediência e espontaneidade.

#### IV

Muitas das antinomias e suposições da apropriação de Freud pela Teoria Crítica são explicadas na perspectiva das relações de objeto da psicanálise. A teoria das relações de objeto vê o processo inicial da identificação do Eu como uma base para o que é chamado Super-eu. O Eu é num dado momento, inteiro - o que é chamado de Isso são as partes que são separadas na primeira infância. O desenvolvimento do Eu é um processo de cisão adicional, no qual sucessivamente partes ameaçadoras do objeto são internalizadas em um esforço para controlá-las. A cada vez, a parte do Eu que se relaciona com esse objeto sofre repressão. Mas a internalização como defesa tem um grande inconveniente - tem-se agora a ameaça dentro de si mesmo. Portanto, torna-se necessário defender-se contra os objetos ruins internos pela internalização dos objetos bons também. Esse objeto bom internalizado é a defesa moral, ou Super-eu. Assim, a formação do Super-eu se baseia na divisão precoce e drástica do Eu no curso das relações objetais pré-edípicas. O Eu bom, muitas vezes consciente, é aquela parte que se relaciona com o objeto bom internalizado e deseja permanecer

em bom termo com esse. É a criança bem-comportada que se conforma com o princípio de desempenho, a exigência parental de realização e conformidade<sup>38</sup>. Seu objetivo real, no entanto, é negar a realidade do objeto mau que está conectado com o terror inicial e com o desamparo.

Já que a defesa moral representa uma negação do terror real, não do Super-eu, mas do objeto mau inicial, a motivação para o cumprimento da autoridade, para a conformidade com a realidade, tem um aspecto cognitivo bem como um aspecto afetivo. A racionalidade com respeito a fins e a razoabilidade, as virtudes da criança burguesa bem socializada, baseiam-se numa irracionalidade subjacente: a percepção da violência dos pais e da impotência infantil que devem ser reprimidas, mesmo se a desobediência for o preço a ser pago. "É melhor ser um pecador em um mundo governado por Deus do que um santo em um mundo governado pelo diabo"<sup>39</sup>. Ao contrastar a internalização enquanto uma força de diferenciação com a identificação por incorporação primeira, Adorno está realmente sustentando a defesa moral, imaginando que o "bom Eu" seria antifascista. Ele é então logicamente forçado a afirmar o princípio de desempenho

---

<sup>38</sup> A diferença crucial entre a obediência ao princípio de desempenho e autoatividade é que o primeiro é uma resposta à aprovação, o último ao reconhecimento. A mãe ou pai "bom" ou "mau" são igualmente coercitivos, enganchando a criança em qualquer aprovação ou o medo do julgamento negativo. Ambos inspiram uma relação instrumental com a atividade onde ela se transforma em um meio de ganhar segurança. A internalização do julgamento ou da aprovação deve, portanto, ser distinguida do desenvolvimento do Eu baseado no reconhecimento, que não pode ser internalizado. Pois o reconhecimento é mútuo e não requer nem defesa nem afirmações indefesas de independência. No entanto, ele tem a qualidade de "estar com" ao invés de "ficar de fora".

<sup>39</sup> W.R.D Fairbairn, *An Object Relations Theory of Personality*, op. cit., Pp. 60-70. Toda a importância da auto culpa é que ela serve para encobrir e negar o que é assustador. O encobrimento de desamparo diante da dominação é tão crucial quanto a mistificação da própria dominação.

e também a racionalidade instrumental, viciando seu conceito de autonomia. Assim, ele retorna ao ideal de autocontrole, negando o terror de ter sido submetido ao controle dos outros. Ao fazê-lo, ele não consegue ver como a reversão da consciência, o desejo de não saber, é motivada pela experiência primeira de desamparo e terror.

Adorno aproxima-se muito de aceitar a análise de Fromm dos fenômenos de impotência<sup>40</sup>, mas tenta afirmar que a experiência real é uma base inadequada para a compreensão psicológica: “As experiências de impotência real são tudo, exceto irracionais; nem mesmo propriamente psicológicas. Somente elas permitem a esperança de uma resistência [...] O que estes [seres humanos] sabem da sua impotência na sociedade pertence ao Eu, mas ao Eu tomado como todo o tecido de suas relações com a realidade, não apenas como juízo totalmente consciente. Tão logo a experiência se transforma em ‘sentimento’ de impotência, o especificamente // psicológico começa a entrar em cena: ou seja, os indivíduos não são capazes de experimentar sua impotência, de olhá-la frente a frente [...] Eles precisam elaborar e sedimentar psicologicamente a experiência da impotência como ‘sentimento’, a fim de não pensarem para além da impotência, que é interiorizada como sempre o foram as leis sociais [...] Ao Eu resta apenas ou

---

<sup>40</sup> Em 1937, Fromm publicou um artigo no *Zeitschrift für Sozialforschung* (Vol. 6, 1957) intitulado “Sobre o sentimento de impotência” (“Das Gefühl der Ohnmacht”), no qual examinou a maneira pela qual os adultos incapazes de agir com base em seus conhecimentos ou que eram incapazes de acreditar que poderiam ter um efeito sobre qualquer um, o que tinha sido feito para se sentir totalmente ineficaz como crianças. Talvez apenas nas formas mais sutis e culturalmente “normais”, suas comunicações, anseios e desejos de decidir por si mesmos não tinham sido levados a sério.

transformar a realidade ou retroceder novamente ao Isso<sup>41</sup>. Nessa afirmação, Adorno definiu inadvertidamente como a internalização realmente funciona, como uma relação de dominação é perpetuada fazendo de algo real que está fora um sentimento que já não tem mais validade como conhecimento. Ao adiantar essa passagem com uma crítica aos revisionistas analíticos por ignorarem a importância da experiência primeira, ele obscurece sua afinidade com a afirmação daqueles de que a experiência real é a base da psicologia, isto é, do que se torna realidade endopsíquica.

A relação que Adorno estabelece entre conhecimento e sentimentos é particularmente importante. Por um lado, o conhecimento deriva da faculdade racional consciente – mas não é só isso. Uma "rede inteira de relações sociais" é um componente igualmente importante do conhecimento, ainda que não consciente. Mas o conhecimento se transforma em um sentimento porque é impossível manter a cognição enquanto um indivíduo que é incapaz de agir. Adorno reconhece implicitamente que a experiência de desamparo é algo que só pode ser conhecido quando confrontado com seu oposto - a experiência de poder ou domínio, de uma alternativa de saída. Em outros momentos, a teoria crítica argumentou que esta alternativa poderia ser preservada na consciência apesar da impossibilidade de realizá-la. Mas aqui o próprio Adorno nos lembra que a consciência só pode preservar o que tem realidade na experiência ou é objetivado na prática.

---

<sup>41</sup> Adorno, "Sociology and Psychology," Part II, op.cit., pp. 86-89. Itálico adicionado [T. W. Adorno, "Sobre a Relação entre sociologia e psicologia", in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015), p. 111 - 112. ]

Há outro sentido em que os indivíduos são desamparados: eles exigem a validação e o reconhecimento dos outros, a fim de experimentar a verdade de suas próprias percepções. O sentimento em que a pessoa desamparada recua é uma resposta a uma percepção precisa que não tem chance de ser externalizada em ação<sup>42</sup>. Assim, a racionalidade e a consciência, dependentes das relações intersubjetivas, não podem opor-se à impotência a nível individual. Até mesmo o conhecimento não pode ser identificado com o sujeito pensante individual, mas sim com o sujeito de ação coletiva.

Além disso, a incapacidade ou a inadmissibilidade do conhecimento tem consequências inevitáveis para o sentimento. Adorno aponta como a repressão do conhecimento cria um sentimento particular, ao invés de atribuir distorção do consciente ao desejo inconsciente. Sem querer essa formulação revisa Freud. Para Freud, a culpa persiste e o indivíduo culpa a si mesmo porque persiste o desejo inconsciente pelo proibido<sup>43</sup>. Mas a verdadeira fonte de culpa e autocensura é a consciência persistente de ser tratado injustamente, a negação da integridade

---

<sup>42</sup> No entanto, não há antagonismo necessário entre sentimento e ação - uma suposição para a qual E. Schachtel criticou adequadamente Freud. Cf. *Metamorphosis* (New York, 1959). Em vez disso, ele indica que certos afetos estão conectados a uma atitude ativa e criativa em relação ao mundo social. Além disso, a expressão do sentimento, a comunicação é uma das maneiras mais importantes de agir e interagir e afetar os outros. A comunicação consensualmente validada é uma pré-condição para a práxis coletiva.

<sup>43</sup> Freud, *Civilization and Its Discontents*, op.cit., pp. 74-76. [Sigmund Freud, *O Mal-Estar na Civilização*. Companhia das Letras, vol.18] Freud afirma também que a criança é “obrigada a renunciar à satisfação da agressividade vingativa” contra a autoridade como se fosse uma questão de renúncia instintiva. Mais provável, é uma questão de sanidade ou loucura quando a percepção da realidade é impossível por uma ameaça de punição. A prática terapêutica mostra que a raiva está ligada à falta de validação da percepção, enquanto o desejo de expressar a raiva é o desejo de reconhecimento, do qual a “vingança” é uma forma alienada.

e do direito da autoridade. "Eu não tenho culpa" é o sentimento pelo qual a vítima continua sendo punida, o sentimento que transforma a impotência em uma luta interna.

Assim, o consentimento no sentimento de desamparo, a motivação para submissão emocional à autoridade, está ligada à repressão do que é realmente conhecido, uma repressão baseada no medo. A consciência de sua falta de poder, de sua cumplicidade em identificar-se com os poderosos a quem se submete, e o conhecimento de que sua individualidade e integridade são uma ficção – este é o reprimido que ameaça retornar. Esta ameaça às forças de dominação, a libertação da percepção da injustiça nunca é totalmente aniquilada. Pode ser provocada por qualquer oportunidade, ainda que momentânea, que sugira a possibilidade de agir para superar a impotência. Adorno não se arrisca em seu argumento a reconhecer essa possibilidade explicitamente, mas não é inconsistente com sua análise.

Aqui, Adorno reúne os dois elementos da relação de autoridade que divergem em sua análise anterior do fascismo: o cognitivo e o afetivo. Em suas duas explicações sobre o fascismo, ele havia separado os aspectos cognitivos e afetivos ao longo de linhas semelhantes à topografia estrutural de Freud da psique. A consciência cognitiva era vista como o elemento restritivo, enquanto o Eu inconsciente ou o Isso forneceu a base emocional para o autoritarismo. Mas, nessa discussão, Adorno mostra como, dentro da própria consciência, o autocontrole leva a um comportamento autoritário. A contenção do sentimento e da ação na situação de desamparo subverte a consciência, desfaz o conhecimento. O individualismo e o autocontrole, que são

vistos como o modo no qual o Eu se diferencia do Isso, são a base da repressão da consciência. O tema da Dialética do Esclarecimento encontra sua apresentação mais convincente na análise de Adorno da impotência como um fenômeno psicológico.

No entanto, Adorno finalmente rejeita a conclusão de que a retirada do Eu para o inconsciente é um resultado de experiências reais de impotência. Como resultado, a questão da fonte da irracionalidade, ou mesmo dos seus critérios, nunca é satisfatoriamente resolvida. Ele poderia ter questionado, como Fromm o fez, a ideia de que o caminho inevitável do desenvolvimento do Eu é a internalização da figura paterna como a resolução do complexo de Édipo. Os impulsos destrutivos e regressivos que Adorno vê como resultado de um fraco autocontrole, a falta de autoridade restritiva para canalizar a natureza interior, na verdade, podem ser a tentativa de reafirmar o controle. Eles resultam de uma autoridade social que induz a impotência e a subordinação incontrolável. Mais uma vez, o que ele identificou como uma forma regressiva de identificação, resultante do insucesso de resolver o conflito edípiano, poderia ser entendido como precisamente aqueles sentimentos que se desenvolvem em face do desamparo real. Por outro lado, a ausência de autoridade e poder, em vez de identificação com um pai poderoso, formaria a base para o desenvolvimento do Eu autônomo. Em vez de assumir tendências regressivas inatas que devem ser neutralizadas por pressão externa, poderíamos imaginar que alguma forma de desenvolvimento em direção à sociabilidade ocorresse na presença de outros sujeitos que não exercem coerção. Neste caso, a deterioração da autoridade

paterna como fator de coesão na família pode ser vista com maior otimismo do que no caso da Teoria Crítica<sup>44</sup>.

O pressuposto para tal ponto de vista, no entanto, é precisamente o abandono desse aspecto da teoria de Freud, o qual os teóricos críticos se apegam mais tenazmente. A suposição de que o Isso serve o princípio do prazer, buscando a homeostase, e que, portanto, o Eu só emerge dele por causa da pressão externa, postula uma tendência arraigada à regressão. Apesar da suspeita de Adorno de que a intemporalidade e a impermeabilidade à sociedade que caracterizam o Isso são apenas uma aparência, apesar de sua própria tendência a ver o Eu como se retirando e interagindo com o Isso, ele finalmente postula o Isso como inatamente agressivo e regressivo.

Para Adorno, o Isso torna-se às vezes a força demoníaca da natureza que se vinga. O Isso é oposto ao fato de que “O humano se forma como sensibilidade para a diferença”<sup>45</sup>. Essa caracterização do inconsciente, aliada à insistência de que o Eu emerge como resposta à luta pela autopreservação, tem duas consequências importantes. O indivíduo social está enraizado no indivíduo biológico - isto é, a forma social da individualidade que emerge através de um complicado processo intersubjetivo é vista como uma forma natural e universal de desenvolvimento

---

<sup>44</sup> Christopher Lasch, “The Weak Modern Family”, *New York Review of Books*, 27 de novembro de 1975. A falha básica no argumento de Lasch é o seu fracasso em reconhecer que a mãe que não é mais dominada fornece a primeira oportunidade na história para a liberdade das filhas. Embora se aproxime disso, Marcuse também perde o fato de que, na metáfora da revolta, se os filhos continuamente reinstituem a autoridade do pai (teoria da horda primeva de Freud), é porque eles nunca alteram a dominação-posse-exclusão das mulheres.

<sup>45</sup> Adorno, “Sociologia e Psicologia”, Parte II, op.cit., P: 96. [T. W. Adorno, “Sobre a Relação entre sociologia e psicologia”, in. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015), p. 126.]

do Eu<sup>46</sup>. A individuação só ocorre porque a "civilização" força o indivíduo a se apegar à unidade primitiva e simbiótica. Da mesma forma que o pai força a separação da criança em relação a mãe, a sociedade em primeiro lugar reforça ou fornece a individuação. A Teoria Crítica é consistente em sustentar que o indivíduo não é naturalmente social e, inversamente, que a individualidade real (desenvolvimento do Eu autônomo) é apenas social, um produto artificial. A divisão entre natureza e sociedade é absoluta; alguma forma de dominação, uma relação de instrumentalidade, é, portanto, inevitável. A impossibilidade de escapar à repressão pulsional e à renúncia também decorre dessas suposições sobre a natureza humana; a sociedade é inevitavelmente fundada na dominação da natureza interna. Portanto, a Teoria Crítica não escapa ao impasse de Freud no qual a socialização leva à sua própria destruição<sup>47</sup>.

Mas Adorno afirma esse impasse, como tantos outros, necessário e fecundo. No ensaio sobre "A Psicanálise Revisada", ele argumenta que, "A grandeza de Freud, tal como a de todos os pensadores burgueses radicais, consiste em que ele deixa tais contradições irresolvidas e recusa a pretensão a uma harmonia sistemática onde a própria coisa encontra-se cindida em si mesma"<sup>48</sup>. A contradição constitutiva da psicanálise é que

---

<sup>46</sup> Ver Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, *Aspects of Sociology* (Boston, 1972), originalmente *Soziologische Exkurse* (Frankfurt, 1954)

<sup>47</sup> Este é o tema básico de *Civilizations and its Discontents* [*O Mal-Estar na Civilização*]: quanto mais socialização, mais instintos são suprimidos, mais agressão constrói, mais culpa, e, portanto, mais renúncia. Assim, a conquista da natureza, libertando a humanidade de tantos perigos, diminuiu realmente as perspectivas de felicidade.

<sup>48</sup> T. W. Adorno, "Die revidierte Psychoanalyse", *Gesammelte Werke*, Vol.8 (Frankfurt, 1972), p. 40. Originalmente publicado em 1952 [T. W. Adorno, *A psicanálise revisada*, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015). P.68]

"Por um lado, a libido vale para ela como a própria realidade psíquica; a satisfação, como positiva; a frustração, por conduzir ao adocimento, como negativa. Por outro lado, a civilização, que compele à frustração, é aceita por ela, se não de forma francamente acrítica, certamente de forma resignada"<sup>49</sup>. Essa resignação inspira o coração da própria Teoria Crítica. Somente uma posição de pessimismo sobre a natureza humana, com sua resignação concomitante à necessidade de autoridade, permite uma posição da qual a autoridade pode ser criticada. Qualquer posição de otimismo pode ser cooptada como desculpa pela ordem social repressiva<sup>50</sup>. As suposições menos pessimistas sobre a natureza humana sobre as quais os neofreudianos basearam sua teoria os levaram, escreve Adorno, a um falso otimismo sobre a sociedade.

O pensador pessimista, que pode até ser "frio" e "misantrópico", como Freud foi acusado de ser, é o único capaz de manter uma perspectiva "negativa". Ele pode agarrar a realidade intransigentemente para não ser estupefato por ela<sup>51</sup>. O paralelo entre essas afirmações e a teoria de Adorno da socialização deve

---

<sup>49</sup> Ibid., p.39. [Ibid., p. 67]

<sup>50</sup> "Se alguém perguntou aos revisionistas o que eles fundamentalmente mantinham contra seu professor, eles provavelmente diriam, ele não tem amor [...], nenhum pensador avançado ou artista escapa a essa acusação. Porque ele está fervorosamente falando sobre a utopia e sua realização, ele é não utópico." Esta posição expressa a ideia que para Adorno, mais tarde, se tornaria central em sua estética e teoria cultural: quanto mais o artista se alienar de sua audiência real, mais ele ou ela está expressando a verdade radical da sociedade. Esta ideia informa sua noção de política também. Esta posição foi recentemente reformulada em defesa de Jacoby de Freud, *Social Amnesia*, op.cit. [JACOBY, Russell. *Amnésia social: uma crítica à psicologia conformista, de Adler a Laing* / Russell Jacoby ; tradução de Sonia Sales Gomes. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1977.]

<sup>51</sup> Adorno, "Die revidierte Psychoanalyse." Op cit [Adorno, A psicanálise revisada, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Ed. Unesp, 2015].

ser óbvio: apenas o pai duro e julgador pode fazer a criança apta para a luta no mundo, ensinar a criança a abandonar a esperança ilusória de uma vida fácil. Mas os próprios estudos do autoritarismo de Adorno mostram que os pais ásperos não produzem crianças críticas; em vez disso, seu julgamento é interiorizado e sua autoridade aceita.

Adorno não faz distinção entre julgamento e amor; ou quando o faz, ele defende o primeiro. Ele defende assim a frieza analítica de Freud contra os analistas que argumentam que se deve amar o paciente. Ele também cita a afirmação de Freud de que " Um amor que não escolhe parecer perder uma parte de seu próprio valor ao praticar uma injustiça a seu objeto [...]. Nem todos os seres humanos são dignos de serem amados". Quando afirma que " desmerece tudo pelo que a análise luta" para " a exigência de amar uma criança repulsivamente agressiva"<sup>52</sup>, ele parece concluir que o amor e a compaixão são cegos, que somente o frio intelecto pode compreender a verdade. O amor certamente pode ser entendido como o reconhecimento da necessidade alheia, o compartilhar a dor de outrem, uma vez que há o reconhecimento de seu valor. Esse reconhecimento da necessidade e do sofrimento em outro ser desamparado não precisa ficar cego para a gravidade do problema ou para as contradições sociais que o provocaram. Pelo contrário, pode captar a experiência subjetiva de impotência do lado de dentro, bem como o efeito da ação humana sobre o sujeito indefeso como um fenômeno social objetivo. Além disso, o amor como reconhecimento significa a consciência

---

<sup>52</sup> Adorno, "Sociology and Psychology," Part II, Op.cit., pp. 94-95. [Adorno, "Sociologia e Psicologia", Parte II, op. Cit., p 126 ]

de que a agressão manifesta é ela mesma a expressão de uma necessidade alienada. A negação de Adorno da eficácia da compaixão na relação terapêutica vai de mãos dadas com sua negação da capacidade da teoria psicanalítica de entender as relações sociais. A possibilidade de superar a divisão entre sentimento e cognição, de combinar compaixão e crítica, não ocorreu a Adorno.

A separação entre amor e razão, sentimento e cognição, implícita no pensamento de Adorno, corresponde a aspectos da metapsicologia de Freud. Enquanto o amor, para Freud, é essencialmente a ab-rogação dos limites entre as pessoas, o Eu é o grande mantenedor das fronteiras. O Eu, que por si só é capaz de reconhecer a diferença, deve emergir da individuação forçada e da negação. Cresce através da experiência de procurar o prazer, reduzindo a tensão, evitando a dor. A diferenciação posterior também progride através do domínio, a discriminação dos aspectos controláveis e incontroláveis do ambiente. Os motivos do Eu são posse, controle e segurança. O amor coloca o destino nas mãos de outro, ameaçando a segurança e o controle<sup>53</sup>. Assim, o Eu e a razão crescem em oposição ao amor. Mas o Isso, com sua quantidade limitada de energia e seu esforço para reduzir a tensão, fornece a Freud um argumento igualmente poderoso contra a possibilidade do amor universal. A razão instrumental é, portanto, a cola necessária da sociedade, o auto interesse é o único princípio social disponível.

Na verdade, Freud sempre sustentou que o princípio da

---

<sup>53</sup> Civilization and Its Discontents, op.cit. cf. também “Instincts and Their Vicissitudes,” op. cit. [*Mal-Estar na Civilização*, op.cit. Cf. Também “Os Instintos e Seus Destinos”, op cit.]

realidade é apenas uma modificação do princípio do prazer. Em sua metapsicologia tardia, ele eliminou a contradição entre as pulsões de autopreservação e a libido. Ele reconheceu assim que os dois princípios não são realmente opostos. A noção da Teoria Crítica da harmonia entre Eu e Isso, ou dessublimação repressiva, já está implícita na teoria de Freud. Tanto o Eu como o Isso, o princípio da realidade e o princípio do prazer, correspondem à realidade histórica do individualismo possessivo. O que falta é um princípio para opor o princípio do desempenho, um princípio baseado na necessidade do outro. Na teoria de Freud não há oposição ao princípio do desempenho, nenhum esforço inato para o desenvolvimento intersubjetivo que transcende a utilidade em relação a um si monádico. A exigência é sempre instrumental, gratificação é sempre expressa como particular, por exemplo, o bebê precisa do leite ou do seio, mas não da mãe como um todo<sup>54</sup>. Assim, não há base para diferenciar o desamparo de dependência infantil natural do desamparo que vem da falta de reconhecimento social. O pessimismo da posição de Freud decorre dessa falta de diferenciação entre as relações naturais e sociais. Contrariamente à afirmação de Adorno, ela ofusca a causalidade social e coloca a culpa diretamente na natureza.

O poder analítico da posição pessimista é, portanto, questionável. Adorno argumenta contra os revisionistas porque eles desistem da ideia de castração. De fato, a castração talvez seja uma metáfora mais adequada para a violência subjacente

---

<sup>54</sup> Cf. J. Bowlby, "The Child's Tie to its Mother," *International Journal Psychoanalysis*, 39 (1958), pp. 350-368. Para uma discussão da falta de uma categoria de uma pulsão inata para o objeto em Freud e Bowlby que seus próprios dados confirmam sua existência.

ao fascismo do que a formulação do complexo de inferioridade. Mas nenhum nem o outro explicam o desenvolvimento histórico do fascismo nem das relações de objeto específicas que criam tal violência. Como observou Adorno, "Na constituição vigente da existência, as relações entre os seres humanos não surgem nem de suas vontades livres, nem de suas pulsões, mas sim de leis sociais e econômicas que se impõe sobre suas cabeças"<sup>55</sup>. É necessária uma teoria da internalização que explique que o Eu se forma através da interação social, tal que os seres humanos passam a cumprir essas leis ao invés de tentar mudá-las. Essa teoria deve reconhecer que a internalização é uma defesa contra a realidade insuportável, não um modo natural de constituir a consciência, exigida pela oposição das pulsões. As ideias de pulsões têm um papel a desempenhar no sentido de que a "libido é a realidade efetiva", se entendemos a libido como essencialmente buscando o objeto. A negação dessa luta leva não apenas à doença, mas à cumplicidade com a autoridade e à aceitação do desamparo. A maneira pela qual o esforço pelo reconhecimento é negada deve ser entendida no contexto da interação social, em vez de ser concebida como uma forma eterna do Eu. Adorno esquivava-se desta conclusão - embora ele muitas vezes se aproxime dela - porque, para ele, o que é tão poderoso nunca poderia ser simplesmente comportamento social. Ele não faz justiça à severidade do genocídio fascista, ele argumenta, para compreendê-lo como "comportamento puramente social", em vez da expressão das pulsões sexuais. O que Adorno não vê na sexualidade é que as necessidades

---

<sup>55</sup> "Die revidierte Psychoanalyse", op.cit., p.32. [A psicanálise revisada, in. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, (Ed. Unesp, 2015). p.63]

mais profundas das pessoas podem ser distorcidas e viradas contra elas, não que as necessidades ou as pulsões sejam elas mesmas hostis<sup>56</sup>. Que as pulsões sexuais assumem a peculiar forma distorcida que elas exibem no fascismo precisamente por causa de um processo social de alienação não parece possível. A implicação deste pensamento é que os seres humanos não podem, na duração de uma vida, produzir tal comportamento ou impulsos um no outro. Isso nega a compreensão básica da psicologia analítica, de que os indivíduos não são mônadas, mas sim que a interação humana tem um efeito duradouro. Nega o poder da sociedade, de formas objetivadas de interação, de reproduzir uma divisão no âmago do ser humano – entre mente e corpo.

Em vez disso, o comportamento deve derivar de algum "pedaço de natureza incontestável", um núcleo imutável dentro do indivíduo. Assim, Adorno, como Freud, pode enfatizar a ausência de um Eu que pratica o autocontrole racional como a causa do comportamento destrutivo. A cumplicidade do Eu não precisa ser enfrentada. Pois colocar a culpa no racional, no Eu controlador é violar a integridade individual em seu núcleo mais essencial e em sua última fortaleza – a mente racionadora. Como o próprio Freud mostrou, a mente racional não pode governar sem exigir um pedágio terrível. Talvez seja esse dano narcisista à teoria que Adorno espera evitar, mas que se torna inescapável na ausência da prática coletiva. O

---

<sup>56</sup> *Ibid.*, pp.32-33. O problema de enfatizar a sexualidade como motivação ou impulso inato é a confusão de forma e conteúdo. A sexualidade, assim como a linguagem, pode ser a forma mais altamente expressiva de um conteúdo que, no entanto, pode ser entendido como intersubjetivamente, isto é, socialmente enraizado.

fato primordial do desamparo individual em nossa sociedade não pode ser superado apenas pela teoria.

Tradução: Bárbara Santos e Inara Luisa Marin

Revisão: Adriano Januário e Divino Amaral

## Nota dos editores

\* Optamos por traduzir “Ego” por “Eu”, “Id” por “Isso”, e o termo “instincts” por “pulsões”.

*“The End of Internalization: Adorno’s Social Psychology”* de Jessica Benjamin foi publicado pela primeira vez em *Telos* June 20, 1977 vol. 1977 no. 32 42-64 (<http://journal.telospress.com/content/1977/32/42.abstract>), e traduzido com permissão de Jessica Benjamin.